



POLÍTICA INVESTIMENTOS PESSOAIS

APEX GROUP LTD.

Versão inicial: v1 maio 2023

Versão atualizada: v3 junho 2025

Proibido Distribuição Externa sem a Autorização do Compliance Local.

Apex Group Ltd.

CONTROLE DO DOCUMENTO

Versão	Data de Emissão	Emitido por	Ajuste
1.0	Maio, 2023	BR Compliance	Versão inicial
2.0	Agosto, 2023	BR Compliance	Autorização de operações, atualizações normativas e abrangência da APEX Brasil
3.0	Junho, 2025	BR Compliance	Atualização anual – Inclusão de pessoas vinculadas; inclusão de novas regulamentações; alterações nas operações não-autorizadas.

INDICE

CONTROLE DO DOCUMENTO	2
INDICE	3
1. OBJETIVO	4
2. ABRANGÊNCIA	4
3. DEFINIÇÕES	5
4. REGULAMENTAÇÕES	6
5. DIRETRIZES	6
6. CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	7
7. PRÁTICAS ILEGAIS DE NEGOCIAÇÃO	8
8. PEDIDO PRÉVIO DE AUTORIZAÇÃO	9
9. OPERAÇÕES NÃO AUTORIZADAS	9
10. DISPOSIÇÕES GERAIS:	10
ANEXO 1 - DECLARAÇÃO ANUAL DE CONFORMIDADE	11

1. OBJETIVO

A presente Política de Investimentos Pessoais (“Política”), foi desenvolvida com o intuito de determinar procedimentos e normas para os investimentos pessoais dos colaboradores da Apex Brasil, bem como, minimizar a possibilidade ou ocorrência de situações de conflito de interesse.

Os colaboradores são responsáveis por conhecer, compreender e seguir, todas as políticas da Apex Brasil, bem como os procedimentos, incluindo, mas não limitados a esta Política.

O colaborador deve cumprir esta Política em todos os momentos. Em caso de violação das regras estabelecidas, estará sujeito a ação disciplinar, incluindo até mesmo a rescisão do contrato de trabalho.

A Política de Investimentos Pessoais, deve ser lida em conjunto com as políticas de Anticorrupção e Antissuborno, Código de Ética e Conduta, Conflito de Interesses, e qualquer outra política relacionada.

2. ABRANGÊNCIA

A presente política é aplicável às empresas da Apex Brasil: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“MAF DTVM”), Apex Asset Management Ltda. (“AAM”), Apex Administradora de Recursos Ltda. (“AAR”), BRL Investimentos Ltda (“BTI”) e BRL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BRL DTVM”).

Esta política se destina a todos os funcionários, estagiários, terceiros, contratados, temporários (“colaboradores”), que trabalham na Apex Brasil, entidades integradas (denominadas conjuntamente como “Apex Group”), e Pessoas Vinculadas, conforme disposto no Art. 2º, XXI, da Resolução da CVM nº 35/21:

“Art. 2º.

XII – pessoas vinculadas:

- a) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos do intermediário que desempenhem atividades de intermediação ou de suporte operacional;*
- b) assessores de investimento que prestem serviços ao intermediário;*
- c) demais profissionais que mantenham, com o intermediário, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional;*
- d) pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário do intermediário;*
- e) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo intermediário ou por pessoas a ele vinculadas;*
- f) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nas alíneas “a” a “d”; e*
- g) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados;”*

3. DEFINIÇÕES

Informação Privilegiada - Toda informação relacionada a determinado valor mobiliário que pode atuar na formação do preço do ativo no mercado financeiro ou que possa influenciar, a decisão de compra e/ou venda do valor mobiliário, por qualquer investidor.

Resolução 35 ("RCVM 35") - Estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados.

Pessoa Vinculada - Colaborador que desempenhe atividade(s) de intermediação e/ou de suporte operacional a Apex Brasil. Conforme RCVM 35, cônjuge, companheiro(a), filhos menores, dentre outros, são considerados pessoa(s) vinculadas(s).

Colaborador - Administradores, funcionários e terceiros (alocados na instituição ou com acesso a informações sensíveis).

Day-trade - Compra e venda de ativos ou derivativos na bolsa de valores, que é realizada no mesmo dia.

Insider Trading: conceito que baseia-se na compra e/ou venda de ativos financeiros por alguém que tenha acesso a informações materiais e não públicas sobre determinado ativo, com o objetivo de conseguir indevido benefício próprio, ou de terceiros.

Hedge - Estratégia de proteção dos investimentos contra possível desvalorizações gerais do mercado.

Watch/Restricted List - Lista de ativos/empresas que estão restritos para determinadas atividades, pessoas e/ou investimentos. Essa lista é administrada pelo Compliance.

Valores Mobiliários - Títulos ou contratos de investimento coletivo que gerem direito de participação, de parceria ou remuneração, inclusive resultante da prestação de serviços, cujos rendimentos advém do esforço do empreendedor ou de terceiros.

Investimentos Privados - Investimento ou participação em qualquer empresa/sociedade privada que não possui capital aberto, tais como Private Equity (incluindo Startups), Venture Capital, Crowdfunding (financiamento coletivo), Franquias, entre outras.

Criptoativos - São representações digitais de valores ou direitos que podem ser transferidos e armazenados eletronicamente, também podem ser chamados de Ativos Digitais.

4. REGULAMENTAÇÕES

- Lei Federal 6.404/1976
- Lei Federal 6.385/1976
- Resolução CVM nº 44/2021
- Resolução CVM nº 160/2022
- Resolução CVM nº 35/2021
- Resolução CVM nº 62/2022
- Resolução CVM nº 135/2022

5. DIRETRIZES

5.1 A Política de Investimentos Pessoais exprime parte dos objetivos e valores de ética que devem orientar os negócios da Apex Brasil, sendo complementares àqueles constantes no Contrato Individual de Trabalho e no Código de Ética e Conduta, cuja violação será dada como infração contratual, estando o autor sujeito às sanções previstas.

5.2 Os investimentos pessoais dos colaboradores, não devem ser realizados em nome de terceiros, ou por meio destes (pessoa interposta, “testa de ferro”, “laranja”).

5.3 Todos os colaboradores da Apex Brasil são proibidos de recomendar, a quaisquer pessoas, a negociação de valores mobiliários com base em informações materiais e não públicas, obtidas no exercício de suas funções.

5.4 A realização de investimentos pessoais, bem como o acompanhamento dos mercados financeiros, ou das posições mantidas, não poderá interferir, ou afetar, o adequado desenvolvimento das funções dos colaboradores.

5.5 Os investimentos pessoais não devem representar potencial conflito de interesse entre as operações em nome próprio e o exercício de suas funções.

5.6 Os colaboradores não devem participar de quaisquer negociações que possam prejudicar a reputação, ou colocar em risco, a integridade da Apex Brasil.

5.7 A solvência e a credibilidade dos destinatários desta Política, não devem ser colocadas em risco.

5.8 Deve-se evitar, nos investimentos, a assunção de riscos excessivos ou de difícil mensuração, que possam comprometer o equilíbrio financeiro do colaborador e, assim, lesar seu desempenho nas atividades profissionais.

5.9 São vedadas quaisquer negociações em Bolsa de Valores, e/ou Mercado de Balcão Organizado, pelos colaboradores da Apex Brasil, em nome de terceiros.

5.10 Ao assinar este documento (ANEXO 1) o colaborador assume o compromisso de zelar pelo cumprimento das regras e princípios estabelecidos nesta Política de Investimentos Pessoais.

5.11 Todas as questões relativas e eventuais dúvidas sobre esta Política de Investimentos Pessoais, devem ser tratadas com a Área de Compliance da Apex Brasil.

6. CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Conforme CVM nº 44/2021:

“CAPÍTULO V – DEVER DE GUARDAR SIGILO

Art. 8º Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, devem guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento”.

6.1 A informação alcançada em função da atividade profissional desempenhada na Apex Brasil, não pode ser transmitida, de nenhuma forma, a terceiros não autorizados. Neste item incluem-se, por exemplo:

- I. posições compradas ou vendidas de ativos;
- II. estratégias e conselhos de investimento, ou de desinvestimento;
- III. relatórios, análises e opiniões sobre ativos financeiros;
- IV. dados a respeito de resultados financeiros antes da publicação de balanços e balancetes de empresas pertencentes a fundos de investimento sob gestão, administração, controladoria ou custódia da Apex Brasil;
- V. transações efetuadas e/ou que ainda não foram publicadas.

*Reforçando que: **Informação privilegiada** é classificada como qualquer informação relevante a respeito de alguma empresa que não tenha sido, ainda, publicada. Obtida tal informação em consequência da ligação profissional, ou pessoal, mantida com um cliente, com colaboradores de empresas estudadas ou investidas, ou com terceiros, ou da condição de funcionário.*

As informações privilegiadas precisam ser mantidas em sigilo por todos que as acessarem, seja em função da prática da atividade profissional, ou do relacionamento pessoal.

O colaborador que tiver acesso a uma informação privilegiada deverá comunicar seu acesso ao seu superior, não podendo comunicá-la a outros membros da Apex Brasil, profissionais de mercado, amigos e parentes, tão pouco usá-la, seja em seu próprio benefício ou de terceiros. Ainda que não exista certeza quanto ao caráter

privilegiado da informação, deve-se rapidamente relatar o ocorrido à Área de Compliance.

7. PRÁTICAS ILEGAIS DE NEGOCIAÇÃO

É vedada a prática dos casos abaixo por qualquer membro da instituição ou por pessoa vinculada, seja agindo em benefício próprio, da Apex Brasil, ou de terceiros:

a. **Insider Trading**: conceito que baseia-se na compra e venda de títulos, ou valores mobiliários, com base no uso de informação privilegiada, com o objetivo de conseguir benefício próprio, ou de terceiros (compreendendo a própria Apex Brasil e/ou colaboradores).

b. **Tip** (dica): transmissão a qualquer terceiro, de informação privilegiada que possa ser usada, com benefício, na compra e venda de títulos ou valores mobiliários.

c. **Front Running**: prática ilegal de negociação, na qual o beneficiário opera de forma a antecipar-se às ordens do cliente, com o objetivo de auferir lucros indevidos.

d. **Churning**: prática ilegal relacionada à corretagem de recursos financeiros, na qual a compra e venda de ativos é realizada de maneira mais frequente do que a necessária, de forma a gerar maior resultado, em termos de corretagem, ao intermediador.

e. **Painting the tape**: neste cenário, um operador que deseja vender uma grande quantidade de ativos, primeiro, compra pequenas quantidades do mesmo ativo com o objetivo de direcionar o preço de mercado. Um operador, por vezes, necessita adquirir apenas reduzidas quantidades estratégicas de ações para mover o preço de mercado de forma significativa. Esta prática é vedada, sendo regulada pela Resolução CVM 135/22.

f. **Trader collusion** (Conluio entre operadores): nesta categoria, múltiplos operadores agem em conluio, de forma que o mercado oscile na direção que lhes é mais favorável. Um exemplo relativamente recente de conluio, foi o escândalo referente à manipulação da Taxa Libor (London Interbank Offered Rate), em 2012, na qual houve a acusação de que operadores manipularam a taxas de juros, com o objetivo de aumentarem seus lucros em operações com derivativos.

g. **Spoofing**: nesta prática, utilizada com algoritmos na chamada Negociação de Alta Frequência (High Frequency Trading), o algoritmo insere ordens com preço entre as ofertas de compra e venda que estão sendo apregoadas, com a intenção de que estas ordens sejam canceladas antes que sejam executadas. Estas falsas ordens têm o intuito de criar um falso pessimismo, ou otimismo, em relação a determinado ativo, e mover o mercado em condições artificiais de oferta, demanda e cotação, trata-se de ilícito administrativo descrito no Artigo 2º da Resolução CVM 62/2022.

h. **Layering**: nesta prática, um algoritmo aloca ordens reais no mercado, mas também aloca camadas de falsas ordens no lado oposto de negociação. O propósito das falsas ordens é induzir os participantes do mercado a transacionarem com as ordens genuínas.

8. PEDIDO PRÉVIO DE AUTORIZAÇÃO

8.1 Todos os colaboradores devem solicitar aprovação prévia da Área de Compliance para compra de:

Ações listadas em bolsa de valores, com exceção das ações que compõem o IBOVESPA:

- ADRs (American Depositary Receipts)
- BDRs (Brazilian Depositary Receipts)
- GDRs (Global Depositary Receipts)*
- COE (Certificado de Operações Estruturadas)
- Participação em IPOs (Initial Public Offering)

*:GDR é um instrumento negociável emitido por um banco depositário internacional, representando ações de uma empresa estrangeira negociadas globalmente.

8.2 Sob determinados aspectos, a Apex Brasil poderá definir a aplicação de uma lista restritiva (*Restricted List*) para negociação de determinados ativos de renda variável, assim como o estabelecimento de um *Holding Period*.

8.3 Quando estiver sendo aplicada uma *Restricted List*, isto implicará na adoção de um *Holding Period* de 7 dias consecutivos.

8.4 Durante o *Holding Period* todos os colaboradores ficarão impedidos de negociar os ativos constantes na *Restricted List*.

8.5 A *Restricted List* ficará sob responsabilidade da Área de Compliance.

9. OPERAÇÕES NÃO AUTORIZADAS

- Operações de *day trade* (abrir e encerrar posição, no mesmo dia, em relação a ativo financeiro negociado em bolsa).
- Empréstimo de ações – posição tomadora.
- Operações com contratos futuros (incluindo minicontratos).
- Operações com criptoativos, com exceção de fundos de investimentos locais, lastreados em tal tipo de ativo.
- Investimento em fundos administrados pelas empresas da Apex Brasil.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- Descumprimentos a esta Política serão encaminhados ao Comitê de Ética, da Apex Brasil, para avaliação sob a ótica do Código de Ética e Conduta.
- Descumprimentos da legislação pertinente, podem implicar em responsabilização administrativa, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Além de responsabilização administrativa, existe a possibilidade de responsabilização, nos âmbitos civil e criminal, dos envolvidos no descumprimento de normas legais e regulamentares em vigência no país.
- A revisão deste documento dar-se-á anualmente, ou havendo necessidade anterior, o que for menor, para que o mesmo permaneça devidamente atualizado.

ANEXO 1 - DECLARAÇÃO ANUAL DE CONFORMIDADE

Eu, _____,
CPF: _____, declaro que li, entendi e estou de acordo com a
Política de Investimentos Pessoais da Apex Brasil que me foi apresentada.

Declaro ainda:

- ☐ a) não ter realizado investimentos pessoais que constam no item 8 desta Política.
- ☐ b) ter realizado investimentos pessoais que constam no item 7 desta Política.

Caso a resposta tenha sido a opção “b”, favor preencher a tabela abaixo:

#	data	ativo	quantidade	C/V	corretora custodiante
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

São Paulo, __ de _____ de _____.